



DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE
FINANCIAMENTOS



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES



património mundial
world heritage

Caderno de Encargos

Concurso Público n.º 4/25

Aquisição de bens – Betão betuminoso

Preço base: 245.000,00€



Índice

Cláusula 1.ª	4
<i>Objeto</i>	4
Cláusula 2.ª	4
<i>Partes</i>	4
Cláusula 3.ª	4
<i>Cessão da posição contratual</i>	4
Cláusula 4.ª	4
<i>Gestor do contrato</i>	4
Cláusula 5.ª	5
<i>Prazo e plano de execução</i>	5
Cláusula 6.ª	5
<i>Obrigações do adjudicatário</i>	5
Cláusula 7.ª	6
<i>Subcontratação</i>	6
Cláusula 8.ª	6
<i>Preço contratual</i>	6
Cláusula 9.ª	7
<i>Procedimentos para pagamento</i>	7
Cláusula 10.ª	7
<i>Obrigações do contraente público</i>	7
Cláusula 11.ª	7
<i>Modificações objetivas</i>	7
Cláusula 12.ª	7
<i>Sanções contratuais</i>	7
Cláusula 13.ª	8
<i>Prazo de garantia</i>	8
Cláusula 14.ª	8
<i>Resolução do contrato</i>	8
Cláusula 15.ª	9
<i>Revogação do contrato</i>	9
Cláusula 16.ª	9



<i>Dever de sigilo</i>	<i>9</i>
Cláusula 17.ª.....	9
<i>Lei aplicável</i>	<i>9</i>
Cláusula 18.ª.....	10
<i>Foro competente.....</i>	<i>10</i>
CLÁUSULAS ESPECIAIS DO CADERNO DE ENCARGOS	11
Cláusula 19.ª.....	11
<i>Objeto</i>	<i>11</i>
Cláusula 20.ª.....	11
<i>Preço base.....</i>	<i>11</i>
Cláusula 21.ª.....	11
<i>Regime de fornecimento</i>	<i>11</i>
Cláusula 22.ª.....	12
<i>Prazo de entrega.....</i>	<i>12</i>
Cláusula 23.ª.....	12
<i>Descrição técnica do betão betuminoso</i>	<i>12</i>
Cláusula 24.ª.....	15
<i>Normas aplicáveis.....</i>	<i>15</i>



Cláusula 1.ª

Objeto

1. É objeto do presente contrato a **aquisição de bens – 3.500 toneladas de mistura betuminosa a quente AC 14 Surf Ligante (BB) – Betão Betuminoso**, de acordo com os documentos pré-contratuais, sendo as eventuais contradições entre eles resolvidas de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. O objeto da presente contratação estrutura-se de acordo com as componentes anexas a este caderno de encargos.
3. As regras específicas quanto ao objeto do contrato e condições de execução encontram-se nas cláusulas especiais deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
4. Conforme o objeto do contrato, são aplicáveis especificamente as regras constantes dos artigos 437.º a 449.º, na contratação de fornecimento de bens, ou dos artigos 450.º a 454.º, na contratação de serviços.

Cláusula 2.ª

Partes

O contraente público é o Município de Guimarães e o cocontratante o adjudicatário.

Cláusula 3.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, exceto se para isso for autorizado pelo contraente público, ou, nos termos do número seguinte, deste artigo.
2. O adjudicatário pode ser forçado a ceder a sua posição contratual, nos termos do artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público é regulada pelo artigo 324.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.ª

Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é Parcídio Salgado, Chefe da Divisão de Gestão e Conservação, com quem o adjudicatário tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
2. O Município de Guimarães pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.
3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.



4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

Cláusula 5.ª

Prazo e plano de execução

1. O prazo de execução do contrato tem início na última data da sua assinatura e termina a 31 de dezembro de 2025, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da data de cessação do contrato, ficando limitado às quantidades do fornecimento, ao prazo de execução ou ao valor da adjudicação, consoante o que ocorrer primeiro.
2. De acordo com as disposições do caderno de encargos, e com a proposta adjudicatária, é incluído em anexo¹ ao contrato um plano de execução, de onde conste, de modo claro e inequívoco, como deve ser cumprido o contrato, e como esse cumprimento é acompanhado das obrigações de retribuição pelo contraente público.

Cláusula 6.ª

Obrigações do adjudicatário

O adjudicatário está obrigado a cumprir escrupulosamente o contrato, executando-o com diligência e em respeito por todas as regras aquilo a que se comprometeu, pela apresentação da sua proposta, e pela assinatura da declaração que corresponde ao Anexo I, ao Código dos Contratos Públicos, e, neste contexto, nomeadamente:

- a) Cumprir, no global e no detalhe, o que lhe compete, nos termos do plano de execução;
- b) Prestar caução, quando exigida;
- c) Avisar, de imediato, o contraente público de qualquer obstáculo, incidente ou dificuldade que perturbe, ou possa perturbar, a execução do contrato;
- d) Obter todas as licenças, autorizações, ou recolher quaisquer acordos, que sejam necessários para a execução do contrato;
- e) Suportar todos os custos com a execução do contrato, unicamente por conta do pagamento do preço contratual, ou da parte do preço contratual que corresponda ao que o cocontratante efetivamente executou;
- f) Contratar o pessoal que seja necessário à execução do contrato;
- g) Contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços, necessárias à execução do contrato;
- h) Pagar todas as taxas, contribuições e impostos, que resultem, para si, da execução do contrato;
- i) Respeitar as ordens, instruções e diretivas que lhe sejam dadas pelo contraente público, diretamente ou através dos seus representantes, nos termos dos poderes de conformação da relação contratual, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos;

¹ Quando aplicável

- j) Colaborar com o gestor do contrato;
- k) Celebrar os contratos de seguro a que esteja obrigado, nos termos do caderno de encargos, e apresentar ao contraente público, os recibos comprovativos do pagamento dos prémios, de modo a que os seguros estejam vigentes durante todo o período de execução do contrato, acrescido do período de garantia;
- l) Comparecer às reuniões para as quais seja convocado por escrito pelo contraente público, sendo que, sempre que exista uma situação de incumprimento, e for adequadamente avisado do teor do incidente, participar nessa reunião com as respostas correspondentes às questões da ordem de trabalhos;
- m) Assumir as responsabilidades perante terceiros, sempre que, por ação ou omissão sua, seja a esses terceiros causado prejuízo, indemnizando correspondentemente;
- n) Respeitar todo o normativo, legal e regulamentar, que intervenha na execução do contrato.

Cláusula 7.ª

Subcontratação

A subcontratação é regida pelos artigos de 317.º a 321.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. O preço contratual é aquele que resulta da aceitação da proposta do adjudicatário.
2. Pelo recebimento do preço contratual, o adjudicatário obriga-se à execução integral do contrato, sem direito a qualquer remuneração suplementar, ou a qualquer verba a título de revisão de preços.
3. Não será feito qualquer pagamento, total ou parcial, que não tenha como justificação a execução das obrigações do cocontratante, e unicamente após a confirmação pelo contraente público, da efetiva execução.
4. O contraente público está obrigado ao pagamento pontual dos valores que lhe competem, sob pena de incorrer em responsabilidade por juros, nos termos legais aplicáveis.
5. Não existe qualquer pagamento a título de saldo, isto é, de diferença entre aquilo que seja o preço contratual, e o que seja certificado pelo contraente público como prestação executada pelo adjudicatário.
6. Não há lugar a qualquer pagamento de prémios, seja por cumprimento antecipado, ou por qualquer outro fundamento.



Cláusula 9.ª**Procedimentos para pagamento**

1. Quando esteja cumprida qualquer prestação que caiba ao adjudicatário, que justifique que seja feito um pagamento por parte do contraente público, será esse cumprimento por este certificado, e assim comunicado ao adjudicatário.
2. Se não estiver cumprida integralmente uma prestação, nos termos previstos no plano de execução do contrato, o contraente público reduzirá o pagamento parcial ao que corresponda ao efetivamente executado.
3. Depois de certificado o cumprimento, as faturas, ou documento equivalente, serão pagas no prazo máximo de trinta dias.
4. Condições de pagamento: Após a entrega dos bens.

Cláusula 10.ª**Obrigações do contraente público**

1. O contraente público deve, nos termos dos artigos 286.º, 289.º e 291.º, todos do Código dos Contratos Públicos, cooperar com o adjudicatário, no sentido de ser obtido o melhor resultado possível do cumprimento do contrato.
2. Em especial, o contraente público, através dos seus representantes, deve praticar todos os atos que lhe competem, no âmbito do caderno de encargos, comparecendo sempre que necessário, e procedendo à receção do que lhe seja destinado, desde que cumprido o plano de execução.
3. O contraente público, salvo se especificado de outro modo nas cláusulas especiais do caderno de encargos, não tem qualquer obrigação de facultar quaisquer meios, físicos ou materiais ou locais, para o cumprimento do contrato.

Cláusula 11.ª**Modificações objetivas**

1. Nos termos do corpo do artigo 312.º, do Código dos Contratos Públicos, podem ser feitas as modificações objetivas no presente contrato.
2. Além do disposto no número anterior, o regime das alterações objetivas é o constante dos artigos 311.º a 315.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhado da disciplina dos bens ou serviços complementares, nos termos dos artigos 370.º, 378.º, 438.º e 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, e de todas as suas normas que com as atrás referidas estejam relacionadas.

Cláusula 12.ª**Sanções contratuais**

1. Caso o adjudicatário incumpra as suas obrigações, será sujeito à aplicação das sanções contratuais que constam do artigo 329.º com as devidas adaptações.

2. Caso o cocontratante incumpra um prazo parcial do plano de execução, será sujeito a uma multa diária correspondente a metade do valor máximo previsto no número anterior, podendo ser essa sanção ser anulada no caso de ser cumprido o prazo final, e o incumprimento parcial não tenha causado prejuízo significativo ao contraente público.
3. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, a qual será feita mediante comunicação da qual conste a situação que consubstancia o incumprimento, e dará um prazo adequado para a respetiva resposta.
4. É aplicável ao presente contrato, com as devidas adaptações, e tendo em consideração os fornecimentos ou serviços complementares, o disposto no artigo 372.º, do Código dos Contratos Públicos, e dessas disposições, especialmente o que corresponde à aplicação da sanção contratual aí prevista.

Cláusula 13.ª

Prazo de garantia

1. O prazo de garantia do serviço, ou do fornecimento, a que o adjudicatário está obrigado, é três anos, contados do cumprimento da última prestação contratual.
2. No caso de estar em questão, essencialmente, um fornecimento, ou no âmbito de um contrato misto, ou incidentalmente, no contexto de uma prestação de serviços, o fornecimento de um equipamento, ou de um direito, ou de um dispositivo que tenha, do respetivo fabricante, um prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer com que essa garantia se concretize em favor do contraente público.

Cláusula 14.ª

Resolução do contrato

1. O contraente público pode resolver o contrato sempre que esteja perante uma falta grave, que ponha em causa a satisfação do interesse público que justificou o estabelecimento da relação contratual.
2. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, antes de proceder à resolução do contrato.
3. O cocontratante tem direito a resolver o contrato sempre que os atrasos de pagamentos se prolonguem por mais de seis meses, em montantes que representem, pelo menos, 25% do preço contratual, excluindo juros.

Cláusula 15.ª**Revogação do contrato**

As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato, se circunstâncias legalmente admissíveis o permitam, e a defesa concreta do interesse público aconselhe a que o contraente público se decida por essa opção.

Cláusula 16.ª**Dever de sigilo**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.
2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.
3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 17.ª**Lei aplicável**

Ao presente contrato é aplicável o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação complementar.



Cláusula 18.ª

Foro competente

Sempre que não esteja nos documentos pré-contratuais, previsto o recurso à arbitragem, a resolução dos litígios emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato é da exclusiva competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.



CLÁUSULAS ESPECIAIS DO CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 19.ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, cujo objeto principal consiste no fornecimento de 3.500 toneladas de mistura betuminosa a quente AC 14 Surf Ligante (BB) – Betão Betuminoso.

Cláusula 20.ª

Preço base

O preço base do procedimento é de 245.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 21.ª

Regime de fornecimento

Condições Técnicas:

1. O betão betuminoso deverá ter as características e composição indicadas na descrição técnica (cláusula 23.ª), para betão betuminoso 0/14 (camada de desgaste).
2. É da incumbência da Câmara Municipal de Guimarães o transporte do material.
3. Prevê-se a aquisição de 80 toneladas diárias, dividida em quatro cargas (duas de manhã e duas à tarde), a serem fornecidas sempre mediante pedido de fornecimento da Câmara Municipal de Guimarães.
4. Em condições normais, no mês de agosto, não se procederá à aquisição de betão betuminoso, por férias do pessoal.
5. Independentemente das quantidades constantes do ponto 3., o fornecimento terá início a partir da receção do pedido de fornecimento até que a quantidade se esgote.
6. No caso de avaria na central de fabricação, a empresa adjudicatária é responsável por restabelecer, com interrupção máxima de 24 horas, o normal fornecimento, dando cumprimento às condições atrás definidas, ainda que recorrendo a outro fornecedor.
7. O não cumprimento, por parte da firma adjudicatária, dos fornecimentos, conforme o ponto, atrás enunciado, implicará a aplicação de uma multa diária correspondente ao preço de 80 toneladas de betão betuminoso.
8. As quantidades indicadas no ponto 3., pontualmente, e por motivos imprevistos, poderão não ser cumpridas pela Câmara Municipal, sem que isso origine qualquer modificação das condições atrás enunciadas, ou qualquer obrigação acrescida da Câmara Municipal.

**Cláusula 22.ª****Prazo de entrega**

O prazo de entrega é de um dia útil, após a receção do pedido de fornecimento - PFOI.

Cláusula 23.ª**Descrição técnica do betão betuminoso****A – Características do betão betuminoso****1. Mistura de agregados**

A mistura de agregados deverá obedecer às seguintes prescrições:

- A sua composição granulométrica, obtida a partir das frações indicadas em B, respeitará obrigatoriamente o seguinte fuso granulométrico:

Quadro 1: Camada de mistura betuminosa a quente			
Camada de desgaste - Requisitos dos fusos granulométricos			
Tipo de mistura	Uni	AC 14 surf (BB)	
Peneiros Série Base + Série 2		Percentagem acumulada do material passado	
31,5	mm		-
25			-
20		1,4D	100
16			-
14		D	90-100
12,5			-
10		(c1)	67-77
8			-
6,3			-
4		(o1)	40-52
2		2	25-40
1			-
0,5		(c2)	11-19
0,25			-
0,125		(o2)	6-1
0,063		0,063	5-8
Referência normativa		EN 13108-1 e NP EN 13043	
D – abertura do peneiro superior que pode reter material, em milímetros			
(c1) peneiro característico intermédio, entre D e 2 milímetros			
(o1) peneiro extra opcional entre D e 2 milímetros			
(c2) peneiro característico intermédio, entre 2 e 0,063 milímetros			
(o2) peneiro extra opcional entre 2 e 0,063 milímetros			



2. Características da mistura betuminosa

Quadro 2: Camada de mistura betuminosa a quente								
Camada de desgaste - Requisitos/Propriedades dos agregados								
Requisitos/ Propriedades		Ref. normat.	Uni	Tipo de mistura				
				AC 14 surf (BB)				
Qualidade dos finos	3%-10% (a)	NP EN	g/Kg	MB _F 10				
	>10% (b)	933-9		Satisfazer os requisitos aplicáveis aos fíleres, de acordo com o especificado no Quadro 14.3.0-3b.				
Forma do agregado grosso - Índice de achatamento		NP EN 933-4	-	FI20	FI15	FI20		FI15
Percentagens de superfícies esmagadas e partidas nos agregados grossos		NP EN 933-5	%	C100/0				
Resistência à fragmentação do agregado grosso, coeficiente Los Angeles		NP EN 1097-2 secção 5	%	LA20 (c)				
Resistência ao desgaste por atrito do agregado grosso, coeficiente micro-Deval		NP EN 1097-1	%	MDE15				
Resistência ao polimento do agregado grosso para camadas de desgaste		NP EN 1097-8	%	PSV50				
Massa volúmica das partículas		NP EN 1097-6	Mg/m ³	A declarar				
Absorção de água		NP EN 1097-6	%	≤ 1				
Baridade		NP EN 1097-3	Mg/m ³	A declarar				
Resistência ao gelo e ao degelo [valor de absorção de água (wa) como ensaio de triagem e valor do sulfato de magnésio (MS)](d)		NP EN 1097-6 NP EN 1367-2	%	Se WA>2, o valor do sulfato de magnésio deve estar enquadrado em MS35				
Resistência ao choque térmico		NP EN 1367-5 NP EN 1097-2 secção 5	%	A declarar				
Afinidade dos agregados grossos aos ligantes betuminosos		EN 12697-11	-	A declarar				
"Sonnenbrand" do basalto (e)		NP EN 1367-3 NP EN 1097-2 secção 5	%	Perda de massa após a ebulição ≤ 1 e SB _{LA} ≤ 8				

(a) Quando a percentagem de passados no peneiro de 0,063 mm no agregado fino, estiver compreendido entre 3% e 10%, em massa, deve ser avaliada a nocividade dos finos da fração 0/0,125 mm e o valor do ensaio de azul de metileno deve estar enquadrado na categoria MBF10.

(b) Se a percentagem de passados no peneiro de 0,063 mm for superior a 10 % (em massa), os finos devem cumprir os requisitos aplicáveis aos fíleres, de acordo com o especificado no Quadro 14.03.0-3b.

(c) Para granitos (de acordo com nomenclatura indicada na descrição petrográfica simplificada): LA25.

(d) Para agregados suscetíveis de degradação pela ação do gelo-degelo, expostos a ambientes sujeitos ao gelo e ao degelo, a situações de humidade elevada ou à água do mar, o ensaio de absorção de água deve ser utilizado como ensaio de triagem. Se a absorção de água não for superior ao valor especificado na categoria WA242 o agregado deve ser considerado como resistente ao gelo-degelo. Se a absorção de água for superior a WA242, então o valor do sulfato de magnésio deve estar enquadrado em MS35.

(e) Em caso de dúvida, onde existam indícios de "Sonnenbrand".

NOTA: Não será permitida a utilização de seixo em camadas de desgaste.



Quadro 3: Camada de mistura betuminosa a quente

Camada de desgaste - Requisitos/Propriedades

Requisitos/Propriedades		Ref. Normativa	Condições específicas de ensaio	Uni	Tipo de mistura AC 14 surf (BB)
Caracterist. Marshall	Estabilidade, máx.	EN 12697-34	Moldagem dos provetes: EN 12697-30 75 pancadas	KN	SmaxNR
	Estabilidade, mín.			KN	Smim7,5
	Deformação, máx.			mm	F4
	Deformação, mín.			mm	F2
	Quociente Marshall			KN/mm	Qmin3
Vazios na mistura de agregados (VMA), mín.		EN 12697-8	EN 12697-8 Calculada com base na baridade máxima teórica (a) - determinada segundo a EN 12697-5, procedimento A, em água e na baridade (b) determinada segundo a EN 12697-6, procedimento B, provete saturado com a superfície seca	%	VMamin14
Porosidade, Vm		EN 12697-8	EN 12697-8 Calculada com base na baridade máxima teórica (a) - determinada segundo a EN 12697-5, procedimento A, em água e na baridade (b) determinada segundo a EN 12697-6, procedimento B, provete saturado com a superfície seca	%	Vmin3,0-Vmax5
Relação ponderal de filer /ligante (c)		-	Estudo de formulação	%	1,1-1,5
Índice de Resistência Conservada (IRC) em ensaios de compressão Marshall, mín.		MIL-STD-620A	Moldagem dos provetes: EN 12697-30 75 pancadas (b)	%	80
Resistência á deformação permanente ("Wheel-tracking")	Taxa de deformação, WTSAIR	EN 12697-22	Equipamento pequeno, procedimento B, acondicionamento ao ar, temperatura do ensaio: 40, 50 ou 60 °C	mm/10 ³ ciclos de carga	categoria a declarar
	Profundidade de rodagem máxima, PDRAIR			%	categoria a declarar
% de ligante, mín.		-	-	%	Bmin5,0
Sensibilidade à água, ITSR		EN 12697-12	Moldagem dos provetes: EN 12697-30 perda por desgaste: NP EN 1097-2, temperatura do ensaio: 25 °C	%	categoria a declarar

(a) Calculada para a percentagem ótima de ligante da mistura em estudo.
 (b) Para a moldagem dos provetes é utilizado o compactador de impacto com 75 pancadas.
 (c) Esta relação pode não ser adequada quando se utilizam certos tipos de fileres como a cal, podendo dar lugar a misturas com excesso de filer.
 É pois conveniente realizar a dosificação dos diferentes tipos de fileres recorrendo a características volumétricas.

B - Agregados para a mistura

1. Condições gerais

Os agregados, provenientes da exploração de formações homogêneas, devem ser limpos, duros, pouco alteráveis sob a ação dos agentes climáticos, com adequada adesividade ao ligante, de qualidade uniforme e isentos de materiais decompostos, de matéria orgânica ou outras substâncias prejudiciais.

Os agregados deverão ser constituídos por materiais pétreos britados, provenientes da exploração de pedreiras ou seixas, devendo neste caso apresentar, no mínimo, duas faces de fratura e com um coeficiente de redução 4D. A utilização de seixo britado será condicionada ao emprego de um aditivo no betume, de modo a garantir a adequada adesividade ao ligante betuminoso.

Deverão ainda respeitar as prescrições que se indicam nos respetivos itens para a sua utilização em camadas de mistura betuminosas a frio ou a quente.

1.1. Frações granulométrias

As misturas betuminosas referidas neste documento deverão ser fabricadas a partir das seguintes frações granulométricas:

Frações..... 0/4, 4/10, 10/14

1.2. Homogeneidade

A homogeneidade das características deve ser considerada uma condição básica para que qualquer dos agregados componentes das misturas betuminosas possa ser aplicado continuamente em obra.

Cláusula 24.^a

Normas aplicáveis

Marcação CE – Norma EN 13108-1.